

A EDUCAÇÃO JESUÍTICA NO BRASIL COLÔNIA

Maria José Aviz do Rosário
Clarice Nascimento de Melo¹

RESUMO

O texto analisa os fundamentos teórico/metodológicos da educação implementada pela Companhia de Jesus entre 1549 e 1759, tendo por base as fontes que versam sobre o contexto histórico, político e religioso; abordando o conceito de colônia; as relações entre o modelo colonizador português e a Igreja católica e; a educação. Articula-se a tese de que a política educacional na colônia teve propósitos missionário/político/econômicos cuja diretriz foi traçada a partir da linha da política colonizadora adotada por D. João III. Sua estruturação apresenta introdução e considerações nas quais justifica-se o estudo evidenciando-se o problema pesquisado que tematiza os fundamentos históricos da política colonial e a educação jesuítica, enfocando o papel dos jesuítas como os principais formuladores da política educacional e da burocracia iniciante do país, fazendo-se uma breve análise das dimensões que consubstanciaram a perspectiva de transformação da colônia em um país católico, de língua portuguesa e de cultura ocidental cristã.

Palavras-Chave: Educação; Companhia de Jesus; Colônia.

THE JESUIT EDUCATION COLONY IN BRAZIL

ABSTRACT

The text analyzes the theoretical / methodological foundations of education implemented by the Jesuits between 1549 and 1759, based on sources that deal with the historical, political and religious context ; addressing the concept of colony ; relations between the Portuguese colonizers and the Catholic Church and model ; education . Articulates the thesis that educational policy in the colony had missionary / political / economic purposes which the guideline was drawn from the line of colonial policy adopted by Dom João III . Its structure presents introduction and considerations on which it is justified to study evidencing that thematizes the problem researched the historical background of colonial policy and Jesuit education , focusing on the role of the Jesuits as the main formulators of educational policy and beginner bureaucracy of the country , making a brief analysis of the dimensions that substantiated the prospect of transforming the colony in a Catholic country , portuguese language and Western Christian culture.

Keywords: Education; Society of Jesus; Cologne

Introdução²

A história da educação brasileira é constituída de várias histórias nas quais pode-se observar marcas próprias que caracterizam a época em que foram construídas. Uma dessas histórias, sem dúvida, reporta-se ao Brasil colônia, com a educação a cargo da Companhia de Jesus – a chamada educação jesuítica.

E não é sem razão, é quase (im) possível pensar uma história da educação brasileira sem colônia e colônia sem a Companhia de Jesus (considerada um Estado dentro do Estado português).

Fausto (2000, p.41), divide a história do Brasil colônia em três períodos desiguais, em se tratando de cronologia.

O primeiro vai da chegada de Cabral à instalação do governo geral, em 1549; o segundo é um longo lapso de tempo entre a instalação do governo geral e as últimas décadas do século XVIII; e o terceiro vai dessa época à independência, em 1822.

Estudar a educação brasileira, no seu primeiro século de colonização implica, necessariamente, buscar compreender a realidade da época do ponto de vista cultural, econômico, político e religioso. Para isso, torna-se necessário ir às fontes que retratem de modo o mais fidedigno possível aquele contexto social. Um problema que se enfrentar neste tipo de estudo – histórico, é o das fontes de pesquisa. Fontes de primeira mão, são poucas porque nesse período, as pessoas que se dedicavam a escrever eram os jesuítas ou tinham sido seus alunos ou, mesmo que não o fossem, haviam sido influenciados por eles. Não existia, na época, uma literatura propriamente brasileira, porque as obras eram escritas por portugueses, editadas em Portugal e lidas, em sua grande maioria, por portugueses que habitavam na colônia ou mamelucos alfabetizados pelos jesuítas. Os autores descreviam o Brasil; com suas várias regiões, com sua organização social, os costumes, a religiosidade ou não de sua população, as maravilhas da nova terra, etc., são entre outras, escritos³ desses autores que serviram de matéria prima para este estudo que realizaram, no dizer de Flores (2003), ‘esse mundo escrito dos Jesuítas é o das cartas e de uma produção que, genericamente, chamaríamos de “literária”. Mas a escrita jesuítica também se estende à redação de documentos próprios (e o auxílio mais ou menos público...a documentos alheios) e aos sermões’.

Para se analisar a problemática educacional nos primeiros anos de colonização e necessário ir adentrando no contexto histórico em que o Brasil fazia parte - descoberta e colonização, no conceito de colônia, nos meandros político, econômico e religioso que incluíram e transformam a terra descoberta numa Colônia portuguesa; e finalmente adentrar no processo e nas relações entre o modelo colonizado português na terra descoberta e a Igreja Católica

a) O conceito de colônia

O que é ser colônia? De um modo geral, ser colônia era ser um “país” dependente, sem autonomia política e econômica para decidir e encaminhar os seus próprios destinos. Tudo passa a existir em função dos objetivos e necessidade da metrópole (país colonizador). Essa relação de dependência entre colonizado e colonizador caracteriza um sistema colonial. Esse

sistema enquadra-se no capitalismo comercial e sua política mercantilista européia entre os séculos XV e XVIII. A essência desse sistema de submissão, exploração era o monopólio do comércio da colônia pela Metrópole. É através dele, imposto pelo Estado metropolitano, que a economia colonial se transformava em periférica, tendo a função de gerar riquezas para a economia central metropolitana. Esse era o papel histórico da colônia. Por meio dele, a burguesia mercantil metropolitana apropriava-se de lucros extraordinários. Lucros respaldados pelo direito exclusivo de comerciar os produtos gerados na colônia e, também, porque eram os únicos vendedores de produtos manufaturados na colônia além de oferecerem produtos a baixíssimo custo, a colônia ainda era obrigada a consumir os caros produtos vendidos pela burguesia comercial portuguesa. Esse processo acelerou a acumulação de capital comercial pelos grupos empresariais que compunham a burguesia mercantil européia.

Segundo Novais (1975, In: Ribeiro, 1992: 20), a política colonial inscreve-se nessa possibilidade de acumulação apresentando-se,

Como um tipo particular de relações políticas, com dois elementos: um centro de decisão (metrópole) e outro (colônia) subordinado, relações através das quais se estabelece o quadro institucional para que a vida econômica da metrópole seja dinamizada pelas atividades coloniais.

O Brasil colônia faz parte deste contexto da história colonizadora européia moderna, fruto do surgimento dos Estados nacionais e da expansão comercial ultramarina portuguesa. Empreendimentos que inicialmente tiveram um alto custo e foram financiados pelo Estado centralizador, tornando-o mais forte, poderoso e ampliando seu império. Somente o Estado nacional tinha condições de arcar com o vultoso custo deste empreendimento que envolve segurança, construção de escolas e navios e, ainda, o apoio da Religião como um freio para toda a população.

Em 1492 um navegador genovês a serviço da Espanha chegou a América. Sabendo disso, os portugueses, inconformados, reuniram-se em Tordesilhas e assinaram, em 1494, um tratado que alterou para 370 léguas (cerca de 2 mil Km) a oeste de Cabo Verde. Por esse tratado, parte da terra do Brasil (que ainda nem havia sido descoberto), pertenceria a Portugal e seria exclusiva da exploração portuguesa. Isto estimulou os portugueses a organizarem uma expedição que partiu de Lisboa em 9 de março de 1500, sob o comando de Pedro Álvares Cabral, com 13 navios, 1.500 soldados, tripulantes e religiosos. Em 22 de abril, a esquadra de Cabral chegou à Ilha de Vera Cruz, nome alterado no ano seguinte para terra de Santa Cruz e, a partir de 1503, passou chamar-se Brasil. De 1500 a 1530, os portugueses se limitaram a realizar o escambo de artigos manufaturados por pau – brasil, com os indígenas, se uma “preocupação” com o tipo de processo educacional e social desses povos.

A esse respeito (Fausto, 2002, p. 37), faz uma importante advertência.

[...] antes do chamado descobrimento aqui viviam outras pessoas, uma população ameríndia e, se considerarmos que o conceito de educação remete-nos a uma abrangência incalculável; teremos necessariamente que considerar que antes da Companhia de Jesus, existiam outras educações, portanto, outras histórias da educação. “ Quando os europeus chegaram à terra que viria a ser o Brasil, encontraram uma população ameríndia bastante homogênea em

termos culturais e lingüísticos, distribuída ao longo da costa e na bacia dos Rios Paraná – Paraguai.”

Os possíveis interesses da população foram deixados a parte e os colonizadores promoveram a devida adequação à necessidade européia, sobretudo da expansão reformista⁴ e a importância de proteger e garantir o monopólio sobre as terras conquistadas, os portugueses passam a investir na agricultura, principalmente na monocultura da cana – de – açúcar que se constituía num produto privilegiado na Europa e possibilitava a obtenção de lucros excepcionais à burguesia comercial portuguesa. Além disso, possibilitava também o povoamento e a organização efetiva a sua defesa de suas colônias, principalmente a brasileira diante da cobiça de outros Estados europeus, principalmente a França e a Holanda que traficavam pau – brasil.

O sistema colonial organizou-se sobre um modo de produção escravocrata . Primeiro sobre os índios e posteriormente, devido a deficiência em lidar com os indígenas, a escravidão se fundamenta basicamente na mão de obra do negro africano. O regime de escravidão como um meio cruel da exploração dos índios e dos negros africanos revelou uma contradição entre a civilização cristã e a realidade econômica social ditada pelos cristãos portugueses, (os jesuítas se opunham à escravidão e à mortandade em massa dos naturais da terra). Com a implantação dos latifúndios açucareiro e posteriormente de tabaco e algodão, intensifica-se o tráfico de escravos africanos para aumentar, ainda mais os lucros do Estado e da burguesia comercial portuguesa.

Neste momento, instrução ainda não era considerada uma atividade social importante e a sua implantação teria que ser conveniente e interessar a camada dirigente porque esta deveria servir de articulação entre os interesses metropolitanos e as atividades coloniais.

b) Relação do Estado português e Igreja Católica

A posição do Estado em face da Igreja em Portugal pode ser considerada de fidelidade a autoridade papal; foi um dos poucos Estados que aceitou, sem restrição, todas as decisões do Concílio de Trento (1546 - 1563), que

[...] confirma os pontos da doutrina católica (a essencialidade da Igreja e o valor dos sacramentos, a eficácia das obras ao lado da intervenção da graça), define novas tarefas para eclesiásticos no plano disciplinar e pastoral, dá um forte impulso aos estudos bíblicos e teológico-filosóficos, favorecendo o nascimento e o desenvolvimento de ordens religiosas. (CAMBI, 1999, p. 256)

Essa fidelidade levou os reis de Portugal e, conseqüentemente, o Estado português centralizador e unificador a auferir diversos benefícios concedidos pela Santa Sé. Fruto dessa profunda relação entre a Igreja e o Estado surge o padroado. Segundo Cunha (1980), com ele, a Igreja católica se torna um setor da burocracia do Estado. Essa situação era vivido em grau menor pela Companhia de Jesus. Com o padroado compete ao Rei de Portugal a escolha de Bispos, o direito de erigir igrejas, mosteiros, capelas, oratórios, enviar missionários, decretar censura e regras eclesiásticas. Além disso, executara a cobrança e a administração dos dízimos eclesiásticos devidos pelos habitantes das terras do padroado. Essa competência fiscal do Estado na cobrança do dízimo e controle nas nomeações das autoridades eclesiásticas pelo rei

de Portugal são duas características principais do padroado. Por este regime o Estado passou a manter a Igreja sob seus domínios. Acaso o dízimo não fosse suficiente para custear as despesas eclesiásticas o rei assumia a responsabilidade de custeá - las através dos cofres do Estado.

A Igreja Católica representada pelas diversas ordens religiosas, tais como, franciscanos, beneditinos, das quais se destacara a Companhia de Jesus, exerceu um papel eminentemente colonizador no Brasil que para tanto, passou a receber subsídios do Estado português.

a) Companhia de Jesus

A influência da educação jesuítica não se restringiu apenas ao período que por aqui se estabeleceram (1549 – 1759), ultrapassou períodos e, em todos eles encontra-se em menor ou maior quantidade reminiscências dessa educação, ou seja, marcou profundamente nossa educação, principalmente no tocante á orientação religiosa no ensino brasileiro, uma vez que a política colonizadora foi ao mesmo tempo religiosa e regalista⁵.

Os padres jesuítas foram os primeiros professores, do Brasil se a abordagem recair na chamada educação formal – escolarizada. Se consideramos que antes do chamado descobrimento aqui viviam outras pessoas, uma população ameríndia e, se considerarmos que o conceito de educação remete-nos a uma abrangência incalculável; teremos necessariamente que considerar que antes da Companhia de Jesus, existiam outras educações, portanto, outras histórias da educação.

Quando os europeus chegaram à terra que viria a ser o Brasil, encontraram uma população ameríndia bastante homogênea em termos culturais e lingüístico, distribuída ao longo da costa e na bacia dos rios Paraná – Paraguai. (Fausto, 2002:37)

Entretanto, esse lado do viés educacional é pouco estudado e, por outro lado, para se entender o processo de colonização é necessário também se compreender o papel desempenhado pelos pares jesuítas no desenvolvimento da iniciante sociedade brasileira e seus desdobramentos na questão educacional.

A ordem dos Jesuítas, fundada em 1534, por Santo Inácio de Loyola, no reinado do Papa Paulo III, que realizava operações na igreja para enfrentar as críticas reformistas e a expansão do protestantismo.

A Reforma Protestante, constituiu-se em um duro golpe aos domínios da Igreja Católica que para tanto necessitava reagir, sob pena de perder cada vez mais seus adeptos. Assim, era necessário atuar em duas frentes, na arregimentação dos chamados incrédulos e na arrecadação de fundos para o combate a Reforma protestante , no dizer de Cambi (1999), ‘duplo escopo frear o avanço da heresia protestante e difundir a religião católica nos países do Novo Mundo’

Deste modo, os jesuítas, atuaram como verdadeiros “soldados” de cristo atuaram na educação e no ensino. Na Europa ensinaram em seminários, colégios e universidades objetivando recuperar a antiga posição da Igreja Católica Romana, enquanto nas áreas recém – descobertas organizaram, além, do trabalho educacional, as missões, com o intuito de conquistar e preservar para a Igreja Católica os povos que não foram atingidos pela expansão

protestante. Neste sentido, os jesuítas exerceram, no Brasil um destacado papel tanto na educação como na catequese do índio e dos colonos.

b) A Companhia de Jesus no Brasil

Considerando o papel relevante da Companhia de Jesus e, seguindo a periodização de colonização proposta por Fausto (2002), pode-se afirmar que a educação jesuítica é fruto do segundo período colonial que vai da instalação do Governo Geral⁶, em 1549, e as últimas décadas do século XVIII. A criação do Governo Geral, nasceu da necessidade da implementação de um regime que possibilitasse a consolidação do processo de colonização.

A análise de Ribeiro (1992: 19), mostra aspecto de tal processo.

Diante das dificuldades encontradas com o regime de capitânicas hereditárias, e criado o Governo Geral. Este e o primeiro representante do poder público na colônia, que tinha como obrigação não substituir, e sim apoiar as capitânicas, a fim de que o processo de colonização conseguisse um desenvolvimento normal.

No longo período em que os jesuítas por aqui estiveram, no Brasil, exerceram um destacado papel tanto na educação como na catequese dos índios e dos colonos e na organização burocrática da nascente sociedade brasileira .

Com Tomé de Sousa, vieram, os primeiros jesuítas, chefiados por Manuel da Nóbrega, com a missão de converter os indígenas à fé católica pela catequese e pela instrução.

Em 1550, os missionários colocaram em funcionamento, na Bahia e em São Vicente duas escolas de ler e escrever, com meninos órfãos, visando sobretudo a formação de sacerdotes que pudessem se somar aos jesuítas em seu trabalho catequético . Em 1553, acompanhando o segundo Governador Geral, Duarte da Costa, um novo grupo de jesuítas chegou ao Brasil. Neste grupo chega José de Anchieta. Sob o comando do padre Manuel da Nóbrega, os jesuítas e suas obras espalharam-se pelo país em regiões como São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Em 1570, já possuíam oito estabelecimentos de ensino, sendo 5 escolas de nível elementar e três colégios de nível médio.

As escolas e colégios jesuítas, subsidiados pelo Estado português, se obrigava a formar gratuitamente sacerdotes para a catequese, instruir e educar os indígenas, os mamelucos e os filhos dos colonos brancos. O estudo é encarado como fundamental, um espaço para a guerra de idéias contra o protestantismo e na preservação dos valores morais e na difusão da cultura cristã européia.

Inicia-se assim, um processo de criação de escolas elementares, secundárias, seminários e missões que se espalham pelo Brasil até o ano de 1759, quando os jesuítas são expulsos do país pelo Marquês de Pombal.

Nesse ínterim de 210 anos, eles catequizaram maciçamente os índios, educaram os filhos dos colonos, formaram novos sacerdotes e a elite intelectual brasileira, promoveram o controle da fé e da moral dos habitantes e a difusão e unificação da língua portuguesa de Norte a Sul do país.

c) A educação jesuítica

Na Europa, os jesuítas fundam colégios (grau médio) para educar e preparar os filhos da nova elite que se enriquecera com as atividades mercantis. Também preparava-os e aos seus futuros quadros para o curso superior. Estes seriam os futuros quadros dirigentes da sociedade. Não se dedicavam ao ensino elementar.

No Brasil, era prioritário as escolas de ensino elementar e alguns colégios que preparavam a elite dirigente local e, encaminhava-a para curso superior em Portugal. Vejamos a seguir as características do ensino jesuítico, no Brasil colonial.

A implementação se deu por intermédio do **formalismo pedagógico**. Este formalismo consiste na contradição existente entre os princípios cristãos europeus e os ensinados nas escolas e a realidade moral dos trópicos. O formal se contrapõe ao real, existindo um contraste entre práticas e princípios ensinados nas escola, nos colégios, na Igreja e os efetivamente, vividos na prática. O proclamado está distante da realidade, com isto, aceitava-se que o importante não é ser mas parecer correto.

A estrutura e o currículo do ensino jesuítico, baseados na. Um ensino livresco, humanista ornamental que trazia as marcas da herança “anti – científica “ do Ratio Studiorum. Através dele, a classe dominante adquire um verniz cultural que a distingue dos demais; do povo rude, plebe.

Segundo Cunha, a Ratio Studiorum, promulgada, em 1599, previa um currículo e método único para os estudos escolares, dividido em dois graus, supondo o domínio das técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo. Dividiu o os estudos em dois graus: o inferior (correspondente ao nosso médio) e o superior (universitário). No ensino inferior propõe gramática, humanidades, retórica e no superior: filosofia e teologia. “O documento demais de 30 capítulos, retoma as Constituições da Companhia de Jesus, representa as bases de um programa formativo de caráter católico que se estende a todos os colégios jesuíticos do mundo’ (CAMBI, 1999, p. 261).

Mantendo a unidade de ação e cultivando a disciplina, atenção e a perseverança nos estudos os jesuítas adaptaram⁷, ao Brasil a proposta de Ratio Studiorum.

Assim, estruturaram no país 4 grades ensino sucessivos e propedêuticos: o curso elementar, o curso de humanidades, o curso de artes e o curso de teologia.

O curso elementar ensinava as primeiras letras (ler, escrever e contar) e a doutrina católica. Já o curso de humanidades, ministrado em latim, de 2 anos de duração, abrangia o ensino de gramática, da retórica e das humanidades. O ensino das línguas grega e hebraica foi substituído pelo tupi –guarani, facilitando a ação das missões.

O curso de artes (ciências naturais ou filosofia) durava 3 anos. Nele ensinava-se lógica, física, matemática, ética e metafísica; formando bacharéis e licenciandos. Este curso era propedêutico, os cursos universitários de Coimbra: direito, medicina, cânones.

O curso de teologia, de quatro anos de duração conferia o grau de doutor, e estudava a teologia moral e a teologia especulativa (dogmas católicos). Dentre os 17 colégios jesuítas no Brasil colônia, todos, além dos seminários, tinham cursos elementares, boa parte oferecia curso de humanidades e apenas 8 tinham cursos de artes e teologia. Os cursos de humanidade e de artes eram destinados a formar padres e a elite dirigente local de dependência. Além disso o curso de artes preparava para o ingresso nos cursos profissionais da Universidade de Coimbra. Cursos estes que formava médicos, cânones e advogados, uma elite de doutores que

comandaram a política brasileira. Apesar da educação estar nas mãos dos religiosos, os colégios eram públicos porque sua atividade era subsidiada pelo Estado.

Para manter a dependência da colônia, o Rei de Portugal proibiu a criação de universidades no Brasil.

Se no início os colégios foram utilizados pelos jesuítas na catequese do nativo, principalmente junto às crianças, para que lhes servissem de intérpretes diante dos índios adultos, posteriormente passam a instruir apenas os descendentes dos colonizadores. Coube aos indígenas e posteriormente aos mestiços e negros a educação para o trabalho através do convívio.

Do ponto de vista metodológico, segundo Larroyo, o curso de humanidades tinha, o objetivo de ensinar o estilo literário de autores clássicos. Já nos cursos superiores de filosofia e teologia primava pelo escolasticismo medieval. Este método afastava os intelectuais do espírito científico nascente. Este tipo de educação privilegiou o trabalho intelectual em detrimento do manual. Esta educação acabou legitimando a divisão social do trabalho no Brasil.

Para além dos colégios, os jesuítas destacaram-se com seu trabalho catequético através das missões religiosas.

Como o contato entre brancos e índios era nada amistoso, pois os colonizadores queriam apenas escravizar, tomar suas terras, suas mulheres ou matá-los, os jesuítas criam áreas distantes dos brancos para realizar a catequese. Nelas a verdadeira teocracia jesuíta era colocada em prática com a finalidade de estirpar os costumes nativos dentre eles, o as bases da organização tribal. Ao analisar essa questão Ribeiro (1992: 20), se manifesta da seguinte forma.

[...] no estágio primitivo em que se encontravam as populações indígenas, [...] . A participação direta da criança nas diferentes atividades tribais era quase que suficiente para a formação necessária quando atingisse a idade adulta.

Como essa perspectiva não interessa a política colonizadora, os jesuítas foram, aos poucos, introduzindo noções religiosas e novas técnicas de trabalho. Com isto, além de se tornarem os únicos responsáveis pela formação da elite colonial, ainda comercializam seus produtos excedentes, construíam igrejas, ensinavam a orar, difundiam o catecismo e rezavam as missas todas as manhãs, trabalhavam e cantavam músicas para os devotos.

Os indígenas enviavam as crianças para a escola de manhã, de tarde e de noite, tornando-se sedentários e monogâmicos, deslocando-se de sua cultura nativa para adquirir traços da cultura européia, dos portugueses. Nessa empreitada, os jesuítas criaram 24 missões espalhadas pelo Paraguai e pelo sul do Brasil e na Região Amazônica.

Os padres jesuítas foram os maiores responsáveis pela catequese do índio, construindo um imenso patrimônio em gente, terras e rendas. Além de converter os nativos ao catolicismo, batizando-os, mudando seus hábitos e ensinar-lhes a língua portuguesa, os jesuítas se tornaram agentes de aculturação indígena pela civilização cristã ocidental. Isso fragilizou - os e os transformaram em presa fácil dos colonos que, apesar da oposição dos padres, invadiam as missões e escravizavam os nativos já fragilizados, facilitaram assim, a expansão do domínio português.

Na educação e na catequese, os sermões dos jesuítas eram importantíssimos. Neles, os padres usavam uma linguagem simples, direta e que impressionasse o “público” que os ouvia, constituído por pessoas rudes, ignorantes, analfabetas, ou seja, homens, mulheres e crianças que não estavam habituados à reflexão. Com os sermões, os jesuítas procuravam estimular as pessoas a sentirem o remorso, o medo, a culpa, inculcando-lhes a idéia de pecado, de céu, de inferno, de diabo e a possibilidade de salvação dos infiéis pelo perdão dos pecados, pela misericórdia divina e pela conversão dos povos nativos através de sua adesão ao catolicismo.

Além dos sermões, os jesuítas usavam outro recurso para divulgar e converter os nativos, chamados de gentios, à fé católica: o teatro e a música. As peças eram representadas e músicas cantadas na linguagem indígena, ou em português, abordavam questões do cotidiano dos nativos mas também inculcavam-lhes a religiosidade e a moral católica, trabalhando com idéias do bem do mal, pecado e virtude, representando divindades, adoradas pelos nativos e defendendo o monoteísmo cristão.

A Companhia de Jesus veio ao Brasil com o objetivo maior de evangelizar os nativos e transformar a população nativa e colonial em adeptos do catolicismo.

Essa concepção evangelizadora da Companhia de Jesus, pode ser expressa nos Regimentos que ao serem entregues por D. João III a Tomé de Sousa *‘recomendava expressamente a conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e pela instrução’*. (Hollanda, 3º livro).

Fausto (2002:49), ao analisar a concepção evangelizadora da Companhia de Jesus nos mostra que a concepção missionária,

Constituiu no esforço de transformar os índios, através do ensino, em “bons cristãos significava também adquirir os hábitos de trabalhos dos europeus, com o que se criaria um grupo de cultivadores indígenas flexível às necessidades da colônia.

Essa idéia vingou para além dos indígenas, não foi a toa que mesmo a pedagogia dos jesuítas perdurou após expulsão. ‘E o discurso e a ação jesuítas ficaram; não só porque são exemplos perfeitamente válidos hoje para tantos, mas porque conseguiram impor, mesmo a seus críticos, uma série de objetos culturais’. (FLORES, 2003, p. 88)

Considerações

Essas análises preliminares, permite sinalizar as razões pelas quais a Companhia de Jesus singrou os mares até chegar à essas bandas de cá, instalando suas escolas, seus colégios, seus seminários, suas missões, enfim suas concepções de encarar a vida e o mundo que os cercava na qual o fio condutor era ao mesmo tempo catequético e instrucional.

Razões essas intimamente relacionadas à política colonizadora cuja linha de identificação de uma e de outra é quase imperceptível, pois se originaram com finalidade semelhantes, uma puxou a outra e irradiaram –se entre si.

Neste sentido, pode - se dizer através dos colégios e das missões os jesuítas realmente auxiliaram no processo de colonização brasileira. Transformaram este país em país católico, de língua portuguesa, defenderam a cultura dominante cristã ocidental, formaram a elite dominante. Apesar da oposição e da resistência, através da aculturação, acabou facilitando a

escravidão dos nativos pelos colonos, ou seja, cumpriram os acordos anteriormente firmados entre a Igreja Católica e o Estado português.

Por outro lado, todo esse processo permitiu aos jesuítas o acúmulo de riquezas; tornaram – se ricos proprietários de fazendas, gado, escravos e colégios. Em relação ao número de estabelecimentos que a ordem possuía, Fernando de Azevedo (1944. In. Ribeiro, 1992: 29) era o seguinte: “ 36 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários, sem contar os seminários menores e escolas de ler e de escrever”.

Eles foram ainda, intelectuais orgânicos da empreitada portuguesa no Brasil. Isso foi possível porque os jesuítas a serviço da coroa portuguesa, assumiram a tarefa de transformar os índios em bons cristãos adequando-os às necessidades da colônia pela catequização, evangelização. Deste modo, foi instalado a linha de ação numa perspectiva político/educacional, baseada na fé, na guerra de idéias contra o protestantismo e preservação dos valores morais e difusão da cultura cristã de base européia; tendo em vista o princípio norteador da política colonial – assegurar a nova terra e dela tirar todos os proveitos. Com isso, adquiriram, além do poder religioso que só deviam obediência ao papa. poder temporal. Mas nem isso foi suficiente para manutenção da Companhia, no mundo e no Brasil.

O constante conflito entre o poder real e os jesuítas levou o Marquês de Pombal a expulsá – los de Portugal e de suas colônias em 1759 sob a alegação de que a Companhia de Jesus se transformara em um verdadeiro Estado dentro do Estado português.

Referências

ARRUDA, José J. *História geral e história do Brasil*. São Paulo: Ática, 1997.

CAMBI, Franco. *História da Pedagogia*. (Trad) LORENCINI, Álvaro. São Paulo: Fundação Editora UNESP (FEU), 1999.

CARCERES, F. *História Geral*. São Paulo: Editora moderna, 1996.

CUNHA, Luis Antonio. *A universidade temporã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2002.

FLORES, Luiz Felipe Baêta Neves. O Altar e a coroa Iluminada: Educação de colonos e colonizados. In. ALVES, Ana Maria Magali. GONDRA, José Gonçalves (Org.). *Educação no Brasil: História, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSP, 2003.

FREIRE, Gilberto. *Casa grande e senzala, formação da família brasileira, sobre o regime da economia patriarcal*. São Paulo. Global, 2003.

LUGON, C. *A república “comunista” cristã dos guaranis*. TRAD. CABRAL, Álvaro. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1968.

NOVAIS, Fernando ^a O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial. In. Carlos Guilherme (org.). *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel.

PRADO, Caio Jr. *Formação do Brasil contemporâneo – colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RIBEIRO, Maria Luiza Santos. *Historia da educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Cortez, autores associados, 1992.

¹ Universidade Federal do Pará - UFPA

² Artigo apresentado, em 2004, no III Encontro de Pesquisa em Educação da UFPI, GT 11 - História, Memória, Educação. <http://www.ufpi.br/ppged/index/pagina/id/2015>. De lá para cá, o artigo vem sendo debatido nos grupos de pesquisa, GEPHE e HISTEDBR – Seção-PA e utilizado em TCC, Aulas de História da Educação do Curso de Pedagogia da UFPA e em diversos Blog envolvidos com a temática.

³ Textos literários como a Carta de Pero vaz de Caminha; os “sermões que os jesuítas usavam durante suas festividades religiosas e nas missas para divulgar sua visão de mundo e impor suas idéias e; o teatro³.

⁴ Nos primeiros decênios do século XVI, os fermentos de renovação religiosa, que por diversas vezes agitaram o mundo da cristandade a partir do século XII, explodem com toda carga rompente, dando lugar a um movimento de reforma político-religiosa comumente conhecido pelo nome de Reforma protestante. (CAMBI, 1999, p. 246).

⁵ Regalismo: Doutrina que preconiza a defesa das prerrogativas do Estado em face das pretensões da igreja.

⁶ A decisão de instalação do Governo Geral concide com os sinais de crise com os negócios da Índia e com o fracasso das Capitâneas Hereditárias. Essa instalação representou, um passo importante na organização administrativa da colônia, ou seja, era uma tentativa de centralização governamental.

⁷ O modelo de ensino adaptado por Nóbrega do Ratio Studiorum., pode ser consultado em: RIBEIRO, Maria Luiza Santos. História da educação: a organização escolar. São Paulo: ed associados, 1993

Recebido: abril-14 Aprovado: setembro-14